




J.O. BIOENERGIA S.A.

***Demonstrações Financeiras Individuais encerradas em 31
de março de 2025 e relatório do auditor independente***

Conteúdo:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Mutação do Patrimônio Líquido	9
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

 Factual audidores independentes	Factual Auditores Independentes S.S. Rua José Bianchi, nº 555, 22º Andar, Edifício New Office, Nova Ribeirânia, CEP 14096-730 -Ribeirão Preto, SP	Tel. 55 16 3916.4528 Fax. 55 16 3916.4498
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
J.O. Bioenergia S.A.
Araras – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JO Bioenergia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JO Bioenergia S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, SP, 12 de junho de 2025.

Factual Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP025370-2
CVM N° 12.572

Ronaldo Tomazella Monteiro
Contador CRC 1SP136411/O-0

J.O. Bioenergia S.A.
Balanco Patrimonial em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>		Nota	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Ativos				Passivos			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1	3	Fornecedores	12	418	147
Aplicações Financeiras	5	39.075	30.337	Salários e Férias a Pagar	13	104	90
Contas a Receber	6	477	312	Impostos e Contribuições a Recolher	14	511	422
Estoques	7	43	14	Dividendos e Juros a Pagar	15	2.196	1.642
Pagamentos Antecipados	8	75	44	Total do passivo circulante		<u>3.230</u>	<u>2.302</u>
Impostos a Recuperar	9	52	12				
Total do ativo circulante		<u>39.723</u>	<u>30.721</u>	Patrimônio líquido			
			0	Capital social	16	57.400	56.250
Ativo não circulante				Reservas Legal	16	891	429
Imobilizado	10	28.392	29.415	Reservas de lucros	16	6.594	1.156
Total do ativo não circulante		<u>28.392</u>	<u>29.415</u>	Total do patrimônio líquido		<u>64.885</u>	<u>57.835</u>
Total dos ativos		<u>68.115</u>	<u>60.137</u>	Total dos passivos e Patrimônio líquido		<u>68.115</u>	<u>60.137</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J.O. Bioenergia S.A.
Demonstração do Resultados dos Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receita Bruta de Vendas			
Vendas Mercado Interno	18	22.491	17.787
	18	<u>22.491</u>	<u>17.787</u>
Deduções das Vendas			
Impostos sobre Vendas	18	(2.927)	(2.534)
Receita Líquida de Vendas		<u>19.564</u>	<u>15.252</u>
Custos dos Produtos Vendidos	18	(11.961)	(9.504)
Lucro Bruto	18	<u>7.603</u>	<u>5.748</u>
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais	19	(220)	(1.178)
Despesas de Vendas	19	(23)	(142)
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais		<u>0</u>	<u></u>
Lucro Antes da Receitas/(despesas) Financeiras Líquidas, Equiv. Patrimonial e Tributos		<u>7.359</u>	<u>4.428</u>
Receitas financeiras	20	3.877	4.564
Despesas financeiras	20	(3)	(2)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	20	<u>3.874</u>	<u>4.562</u>
Lucro Operacional Após o Resultado Financeiro		<u>11.233</u>	<u>8.990</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	21	(1.987)	(2.076)
Lucro Líquido	16	<u>9.246</u>	<u>6.914</u>
Lucro em R\$ por Ação	16	<u>3,08</u>	<u>2,30</u>
Quantidade de Ações ao Final do Exercício	16	<u>3.000.000</u>	<u>3.000.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J.O. Bioenergia S.A,
Demonstração dos Resultados Abrangentes findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lucro Líquido do Exercício	16	9.246	6.914
Outros Resultados Abrangentes (ORA)			
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		0	0
Resultado abrangente total	16	<u>9.246</u>	<u>6.914</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J.O. Bioenergia S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

Movimentação	Capital social	Reservas Legal	Reservas de lucros	(Prejuízos) Lucros Acumulados	Total
Em 31 de março de 2023	54.000	2.333	11.093		67.426
Aumento de capital social com reserva de lucros	2.250	(2.250)			0
Lucro líquido do exercício				6.914	6.914
Transferência para Reserva Legal		346		(346)	0
Dividendos obrigatórios				(1.642)	(1.642)
Dividendos pagos no ano			(14.863)		(14.863)
Lucro líquido do exercício transferido para reserva de lucros			4.927	(4.927)	0
Em 31 de março de 2024	56.250	429	1.156	0	57.835
Aumento de capital social com reserva de lucros	1.150		(1.150)		
Lucro líquido do exercício				9.246	
Lucro líquido do exercício transferido para reserva de lucros		462		(462)	0
Dividendos obrigatórios				(2.196)	(2.196)
Lucro líquido do exercício transferido para reserva de lucros			6.588	(6.588)	0
Em 31 de março de 2025	57.400	891	6.594	0	64.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J.O. Bioenergia S.A.
Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de março de 2025 e
2024
Em milhares de reais

	Nota	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.246	6.914
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação	10	<u>1.024</u>	<u>1.024</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais		10.270	7.938
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução de contas a receber de clientes	6	(165)	122
(Aumento) redução de impostos a recuperar	9	(40)	(6)
(Aumento) redução de estoques	7	(29)	(3)
(Aumento) redução de pagamentos antecipados	8	(30)	(44)
Aumento (redução) fornecedores	12	271	91
Aumento (redução) em salários e férias a pagar	13	14	24
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	14	89	(71)
Aumento (redução) em dividendos a pagar	15	554	315
		<u>10.933</u>	<u>8.367</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	16	(2.196)	(16.505)
		<u>(2.196)</u>	<u>(16.505)</u>
Caixa proveniente das atividades de financiamentos			
(Redução) aumento no caixa equivalentes de caixa		<u>8.737</u>	<u>(8.138)</u>
Demonstração do aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades em 1º abril	5	30.339	38.478
Disponibilidades em 31 março	5	<u>39.076</u>	<u>30.339</u>
Redução/ aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>8.737</u>	<u>(8.138)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

J.O. Bioenergia S.A.
Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios findos em 31 de março de
2025 e 2024
Em milhares de reais

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22.491	17.787
1.2) Outras receitas	0	
(=) Total das Receitas, líquida de provisões	<u>22.491</u>	<u>17.787</u>
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.781	1.540
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.222	6.695
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
(=) Total dos Insumos Adquiridos de Terceiros	<u>10.003</u>	<u>8.235</u>
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>12.488</u>	<u>9.551</u>
3 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.024	1.024
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>11.464</u>	<u>8.528</u>
4 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
4.1) Receitas financeiras	3.877	4.564
(=) Total recebido por transferência	<u>3.877</u>	<u>4.564</u>
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (=+4)	<u>15.342</u>	<u>13.092</u>
5 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
5.1) Pessoal		
5.1.1 – Remuneração direta	810	720
5.1.2 – Benefícios	89	59
5.1.3 – F.G.T.S	54	49
(=) Total do pessoal	<u>953</u>	<u>828</u>
5.2) Impostos, taxas e contribuições (Devidos)		
5.2.1 – Federais (PIS, COFINS, IPI, IRPJ, CSLL, INSS)	3.007	2.909
5.2.2 – Estaduais (IPVA, ICMS)	2.112	1.885
(=) Total de impostos, taxas e contribuições	<u>5.119</u>	<u>4.794</u>
5.3) Remuneração de capitais de terceiros		
5.3.1 – Juros	23	2
(=) Total de remuneração de capital de terceiros	<u>23</u>	<u>2</u>
5.4) Remuneração de capitais próprios		
5.4.1 – Dividendos	2.196	2.196
5.4.2 – Lucros Retidos (*)	7.050	5.272
(=) Total de remuneração de capitais próprios	<u>9.246</u>	<u>7.468</u>
Total da Distribuição do Valor Adicionado	<u>15.342</u>	<u>13.092</u>

J.O. Bioenergia S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Companhia JO Bioenergia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, subsidiária integral de Usina Santa Lucia S.A., localizada na Estrada Usina Santa Lúcia, s/nº, Zona Rural, Caixa Postal nº 31, no município de Araras, Estado de São Paulo, tem como atividade a cogeração e comercialização de energia elétrica, gerada a partir de vapor obtido por sua empresa controladora a partir de fontes de biomassa de cana-de-açúcar e matérias-primas complementares, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social.

A capacidade instalada de geração de energia de superior a 48 MW/h por ano e no exercício findo em 31 de março de 2025 comercializou 73.354 MWh (62.939 MWh na safra 2023/24) de energia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelos seus valores justos por exigência das normas contábeis.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas em notas explicativas, quando necessário.

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos contábeis conforme descrito abaixo.

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação;

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Ativos e passivos financeiros

Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendiam caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis eram reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Outros passivos

Estão nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar.

O método de juros efetivo era utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva era a taxa que descontava exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Com a adoção do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a Companhia classificou seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos, financiamentos e serviços a pagar.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros introduziu novo modelo para cálculo das perdas de valores não recuperáveis, substituindo o modelo de perda incorrida pelo método de perda de crédito esperada, que requer o registro da perda estimada no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

Contas a receber

Devido às características do contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante, (ii) carteira de recebíveis sem complexidade, e (iii) baixo risco de crédito, a Companhia adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

Nesse sentido, para as contas a receber, decorrente da venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia, o prazo de recebimento quando inferior a um ano são classificadas no ativo circulante e quando superior no ativo não circulante.

Em 31 de março de 2025 e 2024, a metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em

utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos 12 meses. A Companhia concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas.

De forma a corroborar esse entendimento, a Companhia realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam ter alguma influência no setor de saneamento e seu histórico de perdas de créditos de liquidação duvidosa, como Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência por 12 meses e pelo prazo desses investimentos foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor nas taxas acordadas.

3.4. Receita operacional

Receita de vendas

A receita é reconhecida pela competência de venda de energia de produção própria destinados ao mercado interno quando: (i) o valor dos produtos vendidos é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos e/ou que serão incorridos em respeito à transação, podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos produtos, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela venda e prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos.

Em linha com a adoção do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece a receita, aplicando as cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

3.5. Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, considerando as expectativas de perdas futuras em linha com o CPC 47/IFRS 9.

3.6. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações são avaliados e

demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

Os custos incorridos para suas respectivas acomodações, são contabilizados da seguinte maneira:

- Mercadorias para revenda: custo de aquisição conforme custo médio;
- Matérias primas: custo de aquisição conforme custo médio;
- Embalagens: custo de aquisição conforme custo médio e,
- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão-de-obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda operacional, após a dedução dos custos estimados para a realização da venda.

3.7. Investimentos

Os investimentos da Companhia são registrados com base no método de custo, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição.

3.8. Imobilizado

O imobilizado compreende as instalações administrativas, as operacionais e de bens móveis, máquinas e equipamentos necessários a operação. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, quando incorridos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e os terrenos não sofrem depreciação.

A taxas médias são:

	Taxa média ponderada - %
Construções e benfeitorias	2,86%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2,86%
Móveis e utensílios	9,11%
Outros	2,86%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os ativos qualificáveis.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

(a) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação.

As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

3.10. Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (*impairment*)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos.

Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos a seguir.

A capitalização ocorre durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamento similares.

3.13. Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de

trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.14. Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Todavia, a Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas. O mesmo ocorre em relação aos ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto, quando praticamente certo.

3.15. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. A Empresa acredita que a conservação das fontes de recurso da natureza é o suporte da excelência operacional, sendo assim preza pelo respeito e proteção ao meio ambiente, com programas contínuos para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações, buscando equilibrar possíveis impactos com medidas de controle e gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.16. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício corrente está baseada no lucro tributável do exercício pela sistemática de lucro presumido. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque sua base de cálculo é apurada por percentuais de presunção do lucro tributável para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e para a Contribuição Social sobre o Lucro, baseadas na legislação tributária vigente.

3.17. Tributos sobre receitas

As receitas de venda e revenda de produtos estão sujeitas à incidência do PIS - Programa Integração Social e da COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas em sua maioria, pelas alíquotas de 0,65% e 3,0%, respectivamente, pelo regime cumulativo devido a opção de sistemática de apuração de lucros pela estimativa real.

3.18. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias resultantes de aplicações financeiras e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência “*pro rata temporis*”, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.19. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.20. Dividendos

A Companhia realiza a distribuição de dividendos, inclusive de forma desproporcional quando aprovado pelos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social. Os valores atribuídos aos acionistas são registrados no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido para posterior liquidação.

3.21. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.22. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

Apesar de a Companhia não estar obrigada a sua elaboração e divulgação, ela entende ser importante sua elaboração e divulgação aos sócios-quotistas, colaboradores e usuários das demonstrações financeiras, para que possam ver o impacto social da distribuição de renda que a Companhia gera.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (operacionais, outras receitas e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos operacionais, materiais, energia elétrica, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e outros) e pelas retenções (depreciação e amortização), e a riqueza recebida em transferência, pelas receitas financeiras. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23. Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, quando aplicável, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, todavia nas demonstrações financeiras dos exercícios apresentados não houve operações dessa natureza.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não efetivas (IFRS/CPC)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir, exceto por aquelas as quais, na avaliação da Administração não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Companhia não pretende fazer adoção antecipada ou que resultem impactos para as demonstrações financeiras de 31 de março de 2025.

IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade.

Essa norma apresenta a estrutura conceitual base para a divulgação de informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, em toda a cadeia de valor de uma entidade. O objetivo é ajudar os principais usuários de relatórios financeiros - investidores atuais e em potencial e credores em geral da entidade, incluindo bancos - a tomar suas decisões relacionadas à alocação de recursos. No âmbito internacional, a norma passa a ter obrigatoriedade para períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima

Trata-se da primeira norma temática emitida pelo ISSB sobre requisitos para divulgação de informações relativas a riscos e oportunidades especificamente relacionados ao clima que possam afetar suas perspectivas no curto, médio e longo prazo. A norma se baseia nos princípios abrangentes do IFRS S1 e foi criada devido à grande preocupação global em relação ao clima. No âmbito internacional, a norma passa a ter obrigatoriedade para períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A norma busca uma padronização das demonstrações, promovendo maior transparência e comparabilidade entre empresas em diferentes países estabelecendo a necessidade de classificação de receitas e despesas em cinco "classes" específicas na demonstração do resultado, introduzindo uma decomposição mais detalhada ao categorizar receitas e despesas nos seguintes itens: i)

Operacional; ii) Investimento; iii) Financiamento; iv) Tributos sobre a Renda; e v) Operações Descontinuadas. A imposição dessas categorias visa fornecer um quadro padronizado para relatar o desempenho financeiro. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, de forma voluntária.

Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7

Trata-se de atualizações de melhorias em relação à classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros tendo como base: 1) Características contingentes, incluindo aquelas relacionadas à ESG, nos fluxos de caixa de ativos financeiros e sua definição como ‘exclusivamente pagamento de principal e juros’; 2) Momento do reconhecimento e desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros (pagamento eletrônico). As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.

Annual Improvements to IFRS Accounting Standards - Volume 11

Trata-se de alteração das IFRSs existentes para esclarecer orientações e redações, ou para corrigir conflitos ou omissões relativamente menores. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.

Novas normas, alterações e interpretações das normas adotadas pela primeira vez para o ano iniciado em 1º de janeiro de 2024.

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia, são elas:

Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Passivos não circulantes com cláusulas restritivas (“covenants”)

O IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) de forma a melhorar as informações fornecidas por uma entidade quando o seu direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas. Em particular, as alterações visam esclarecer se tais cláusulas restritivas afetam se esse direito existe no final do período de reporte, se uma entidade for obrigada a cumprir essas cláusulas restritivas antes ou no final do período de reporte e exigir a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco de que os passivos possam ser antecipados dentro de doze meses após o período de reporte, incluindo o valor contábil e a natureza das cláusulas restritivas e quando a entidade é obrigada a cumpri-las e, fatos e circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode ter dificuldade em cumprir com tais cláusulas restritivas.

Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) Passivos de arrendamento e retroarrendamento (“leaseback”)

O IASB modificou as alterações emitidas ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para adicionar requisitos de mensuração subsequente para que satisfaçam os requisitos do IFRS 15 (CPC 47) para serem contabilizadas como uma venda. As alterações exigem que um vendedor- seller-lessee subsequentemente mensure os passivos de arrendamento decorrentes de uma relocação de forma que não reconheça qualquer valor de ganho ou perda relacionado ao direito de uso que retém.

Alterações ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)) Acordos de financiamento de fornecedores risco sacado

O IASB emitiu as alterações às IFRS 7 e IAS 7 de forma a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários

avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. Essas divulgações adicionais requeridas incluirão: (a) os termos e as condições dos acordos (por exemplo, prazos de pagamento estendidos e cauções ou garantias fornecidas); (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento tanto dos passivos financeiros divulgados de acordo com (i), como das contas a pagar a fornecedores comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros. e. Demonstração do valor adicionado

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Caixa		
Bancos	1	3
Aplicações financeiras	<u>39.075</u>	<u>30.337</u>
Total das Disponibilidades	<u><u>39.076</u></u>	<u><u>30.339</u></u>
Circulante	39.076	30.339

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas correntes, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras são compostas por aplicações automáticas do saldo disponível na conta corrente, oferecidas pelo banco Bradesco. Seu rendimento é indexado à taxa de remuneração de 100% a 108% do DI.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Aplicações financeiras		
CDI	<u>39.075</u>	<u>30.337</u>
Total das Disponibilidades	<u><u>39.075</u></u>	<u><u>30.337</u></u>
Circulante	39.075	30.337

A exposição da Companhia a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na Nota Explicativa nº 17.

6. Contas a receber e outros recebíveis

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Cientes	<u>477</u>	<u>312</u>
	477	312
Ativo circulante	477	312

No exercício de encerrado em 31 de março de 2025 e 2024, a administração da empresa entendeu não ser necessário a constituição de provisão para perdas, considerando não haver qualquer

histórico, na presente data ou de expectativa futura de inadimplência.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 17.

7. Estoques

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Estoques em almoxarifado	43	14
	<u>43</u>	<u>14</u>
Ativo Circulante	43	14

Os estoques referem-se a insumos de uso, consumo e manutenção na operação.

8. Adiantamentos e pagamentos antecipados

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Adiantamento a fornecedores	70	3
Adiantamento a empregados	5	42
	<u>75</u>	<u>44</u>
Ativo circulante	75	44

A exposição da Companhia a riscos de crédito e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 17.

9. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
IRRF	52	12
	<u>52</u>	<u>12</u>
Ativo circulante	52	12

Os saldos dos Impostos a Recuperar são compostos por imposto de renda retido antecipadamente e/ou creditados de acordo com a legislação vigente.

10. Imobilizado

Movimentação	Construções e benfeitorias	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo ou custo atribuído					
Em 31 de março de 2023	5.100	30.166	30	416	35.712
Adições					0
Baixas					0
Transferências					0
Em 31 de março de 2024	5.100	30.166	30	416	35.712
Adições					0
Baixas					0
Transferências					0
Em 31 de março de 2025	5.100	30.166	30	416	35.712
Depreciação e perdas no valor recuperável					
Em 31 de março de 2023	913	4.262	17	81	5.273
Baixas na depreciação					0
Depreciação no período	146	863	3	12	1.024
Em 31 de março de 2024					6.297
Baixas na depreciação					0
Depreciação no período	146	863	3	12	1.024
Em 31 de março de 2025	146	863	3	12	7.320
Valor contábil					
Em 31 de março de 2023	4.187	25.904	13	335	30.439
Em 31 de março de 2024	5.100	30.166	30	416	29.415
Em 31 de março de 2025	4.954	29.302	27	404	28.392

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

11. Ativo Intangível

A Companhia possui ativos intangíveis, softwares de gestão, que são mensurados ao valor aquisição, amortizado pela vida estimada de uso.

	Software
Custo	
Em 31 de março de 2023	14
Em 31 de março de 2024	14
Em 31 de março de 2025	14
 Amortização e perdas por redução do valor recuperável	
Em 31 de março de 2023	14
Em 31 de março de 2024	14
Em 31 de março de 2025	14
 Valor contábil	
Em 31 de março de 2023	0
Em 31 de março de 2024	0
Em 31 de março de 2025	0

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/03/2025	31/03/2024
Fornecedores	418	147
	418	147
 Circulante	418	147

O saldo com fornecedores é composto basicamente de fornecedores de insumos e bens de consumo.

13. Salários e encargos

	31/03/2025	31/03/2024
Salários e Ordenados	30	21
Pensões Alimentícia	0	1
Gratificações	8	6
Participação no Lucros e Resultados	25	22
13º Salário	7	7
Férias	34	34
	104	90

14. Tributos a pagar

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
IRPJ	314	252
CSLL	121	99
ICMS	12	10
PIS	4	3
COFINS	16	15
INSS	30	29
IRRF	6	5
Retenções de PIS e COFINS	1	3
FGTS	6	6
Outros	0	0
	<u>511</u>	<u>422</u>
Circulante	511	422

15. Dividendos a pagar

Descrição	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Dividendos a pagar	<u>2.196</u>	<u>1.642</u>
	<u>2.196</u>	<u>1.642</u>
Circulantes	2.196	1.642

16. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de março de 2025 é de R\$ 57.400 (R\$ 56.250 em março de 2024). Está representado por 3.000.000 (3.000.000 em março de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Ao final do exercício a Companhia apresenta a seguinte composição societária:

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro do Exercício

O lucro do exercício findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 9.246 (R\$ 6.914 em 31 de março de 2024). O lucro líquido em 31 de março de 2025, representou para os acionistas o valor de R\$ 3,08 (R\$ 2,30 em 31 de março de 2024) por ação.

O lucro líquido, em 31 de março de 2025, após a constituição da reserva legal no montante de R\$ 462 (R\$ 346 em 31 de março de 2024) foi colocado à disposição dos acionistas para deliberação sobre sua destinação na assembleia geral, com proposição de destinação pela administração.

Dividendos

Do lucro do exercício, a empresa efetuou o pagamento de dividendos obrigatórios em 31 de março de 2025 o montante de R\$ 2.196 (R\$ 1.642 em 31 de março de 2024). O saldo excedente do lucro será mantido em conta de reserva de lucros no patrimônio líquido para reinvestimento.

A seguir a demonstração da distribuição dos valores de reserva legal e dividendos obrigatórios:

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Base de cálculo - representado pelo saldo de lucros acumulados após o lucro líquido do exercício:	9.246	6.914
(-) Reserva legal	(462)	(346)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(2.196)	(1.642)

Reserva de lucros

Os lucros apurados no exercício após a constituição das reservas legais e estatutárias, e após a distribuição de dividendos são reclassificados para a conta de Reserva de Lucros. Por deliberação dos acionistas os saldos disponíveis nesta conta ficarão à disposição dos administradores para reinvestimentos na Companhia e os valores não utilizados, à disposição dos acionistas para a definição das melhores alternativas para o empreendimento.

17. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos, desta forma os valores justos estão sendo apresentados.

31/03/2025	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa		1		1	
Aplicações financeiras	39.075			39.075	39.075
Contas a receber e outros recebíveis		477		477	
Total	39.075	478	0	39.554	39.075
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Total	0	0	0	0	0
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores e outras contas a pagar			418	418	0
Total	0	0	418	418	0

31/03/2024	Valor contábil			Total	Valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 2
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa		3		3	
Aplicações financeiras	30.337			30.337	30.337
Contas a receber e outros recebíveis		312		312	
Total	30.337	314	0	30.651	30.337
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Total	0	0	0	0	0
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores e outras contas a pagar			147	147	0
Total	0	0	147	147	0

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou não realizável.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos operacionais
- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Riscos de taxa de juros; e
- Riscos de câmbio.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área reportam-se regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e

aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações.

(i) Riscos operacionais

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas, tais como processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de mercado, crédito, liquidez, como aquelas decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamentos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1	3
Aplicações financeiras vinculadas	39.075	30.337
Contas a receber e outros recebíveis	<u>477</u>	<u>312</u>
	<u>39.554</u>	<u>30.651</u>
Circulante	39.554	30.651

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam maior solidez e melhores condições de mercado em relação a taxas e prazos.

Não existe na história da Companhia, registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, o que possibilita à Companhia interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento das contas a receber de clientes do mercado interno na data das demonstrações financeiras, para as quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável.

A Companhia com os clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia procura trabalhar com pagamentos antecipados.

(v) Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexados ao CDI, considerando que se tratará de uma companhia capitalizada e aplicadora de recursos em investimentos conservadores de baixo risco.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/03/2025	31/03/2024
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	1	3
Aplicações financeiras	39.075	30.337

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas. O Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

				31/03/2025					
				Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
				Provável	25%	50%			
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	39.075	CDI	14,25%	5.568	17,81%	6.960	21,38%	8.352	
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>5.568</u>		<u>6.960</u>		<u>8.352</u>	
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>1.392</u>		<u>2.784</u>	

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

				31/03/2025					
				Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
				Provável	(25%)	(50%)			
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	39.075	CDI	14,25%	5.568	10,69%	4.176	7,13%	2.784	
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>5.568</u>		<u>4.176</u>		<u>2.784</u>	
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(1.392)</u>		<u>(2.784)</u>	

(vi) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano), considerando que sua operação exige e as operações de proteção de caixa para vendas no exterior, todavia em pequena monta e não apresentam saldos nas datas dos balanços. As demais operações, especialmente, empréstimos e financiamentos são realizados em moeda nacional. Dessa forma, análises de sensibilidade ao risco da moeda são dispensáveis para a Companhia.

e. Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Total do passivo	3.230	2.302
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	39.076	30.339
(=) Dívida líquida (A)	<u>(35.847)</u>	<u>(28.038)</u>
Total do patrimônio Líquido (B)	<u>64.885</u>	<u>57.835</u>
Relação dívida líquida / (Caixa Líquido) sobre capital ajustado (A)/(B)	<u>-55,25%</u>	<u>-48,48%</u>

18. Receita Operacional

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
Venda de Produtos		
Mercado Interno		
Energia	22.491	17.787
	<u>22.491</u>	<u>17.787</u>
Receita Bruta de Vendas	<u>22.491</u>	<u>17.787</u>
(-) Dedução das vendas	(2.927)	(2.534)
Receita líquida de vendas	<u>19.564</u>	<u>15.252</u>
Custo de Venda dos Produtos	(11.961)	(9.504)
Lucro Bruto	<u>7.603</u>	<u>5.748</u>

19. Despesas operacionais

Corresponde as despesas apropriadas ou rateadas dos centros de custo de serviços e de apoio, bem como, de gastos apropriados como despesas administrativas e comerciais originados da prestação de serviços pelos departamentos operacionais da Companhia.

	31/03/2025	31/03/2024
Gastos Operacionais		
Matéria Prima	7.593	6.889
Salários e encargos	810	720
Materiais diretos	623	194
Serviços Social	176	59
Depreciação e Amortização	1.024	1.024
Outros Gastos	1.979	1.938
	<u>12.205</u>	<u>10.824</u>

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:

Custos	(11.961)	(9.504)
Despesas de vendas	(23)	(142)
Despesas administrativas e gerais	(220)	(1.178)
	<u>(12.205)</u>	<u>(10.824)</u>

20. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Rendimentos de Aplicacoes Financeiras	3.877	4.563
Juros recebidos ou auferidos	0	2
	<u>3.877</u>	<u>4.564</u>
Despesas financeiras	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Comissoes e despesas bancarias	(3)	(2)
Resultado financeiro líquido	<u>3.874</u>	<u>4.562</u>

21. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Taxa efetiva	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
	11.233	8.990
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	34,00%	34,00%
Alíquota fiscal combinada		
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(3.819)	(3.057)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal corrente	1.987	2.076
Alíquota fiscal efetiva	<u>17,69%</u>	<u>23,09%</u>

22. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração são deliberados anualmente em Assembleia e estão registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários e honorários.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, educação, entre outros.

Transações com partes relacionadas:

As operações abaixo relacionadas com partes relacionadas em condições de mercado.

	31/03/2025	31/03/2024
Ativo circulante		
Contas a receber - O.M.Z.	0	4
Dividendos a receber - J.O.	2.196	1.642
Outras contas a receber - J.O.	208	55
Total do ativo circulante	2.404	1.701
	31/03/2025	31/03/2024
Resultado do exercício		
Transações entre a Usina Santa Lucia S.A. e sua Controlada J.O. Bioenergia S.A.		
Vendas da USL para J.O.		
Vapor	11.700	10.849
Compras pela USL da J.O.		
Energia	7.593	6.889
Efeito Líquido das transações	4.107	3.960

Políticas Contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas anteriormente de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

23. Compromissos de venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos de fornecimento de energia de 20.148MW, o contrato iniciado em fevereiro de 2021 tem duração de 25 anos (até dezembro de 2045), e o excedente da energia gerada é comercializada no mercado spot. Esse volume spot poderá ser comercializado por sua investida, Copersucar que firmou com a Newcom a criação de uma joint venture que terá controle compartilhado e atuará de maneira independente na compra e venda de energia elétrica, de olho nas sinergias entre o Mercado Livre de Energia e o setor sucroenergético.

24. Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação em milhares de reais, salvo indicação contrária.

* * *

Composição da Diretoria

Diretoria

Miriam Krug Ometto

Cesar Krug Ometto

Fernando Ometto Zancaner

Rafael Ometto do Amaral

Contador

Luiz Carlos da Silva

CRC (SP) nº 130.643/O-8

* * *